

Gastos dos EUA chegam a 12,4% do PNB

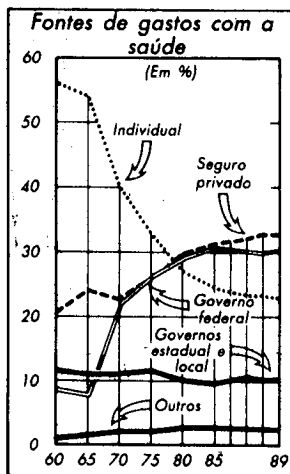
do The Economist

Os políticos norte-americanos não podem mais ignorar as pressões para a reforma do serviço de saúde. Mas a grande maioria das "reformas" propostas seria profundamente impopular e acabaria piorando as coisas ainda mais.

"Se os criminosos têm o direito aos serviços de um advogado," disse Harris Wofford, um candidato democrata a uma das cadeiras no Senado da Pensilvânia, "os trabalhadores norte-americanos também tem o direito dos serviços de um médico." Esta afirmação, veiculada por um comercial da televisão, serviu para que Wofford começasse a transformar uma liderança de 44 pontos do seu adversário republicano Dick Thornburgh numa desvantagem de 11 pontos no dia 6 de novembro. Ao fazer isto, ele também forçou a Casa Branca a encarar de frente uma questão que preferia ignorar.

E não sem motivos. Pois se os eleitores estão insistindo em dizer que o sistema de saúde dos Estados Unidos está necessitando de reformas urgentes, eles estão também insistindo que os democratas estão duas vezes mais qualificados do que os republicanos para realizar esta tarefa. Por ainda, os eleitores irritados têm apenas uma vaga idéia quanto ao formato que a reforma deverá ter. No Estado da Pensilvânia, por exemplo, a Public Opinion Strategies descobriu que as mesmas pessoas podem ter opiniões contraditórias a respeito da reforma do sistema de saúde. Três quintos dos entrevistados querem ter um sistema de saúde totalmente privado. A mesma proporção gostaria de ver um esquema de seguro nacional de saúde semelhante ao canadense.

Embora as preocupações públicas ainda possam estar confusas, os problemas são muito reais. Os gastos de saúde estão explodindo. Em dólares constantes, os gastos anuais per capita aumentaram de US\$ 950 em 1970 para US\$ 2.300 em 1989. No ano passado, os gastos de saúde foram responsáveis por 12,4% do



Fonte: Departamento de Orçamento do Congresso

PNB, ou seja, por US\$ 680 bilhões. A média nos países membros da OCDE — que reúne os principais industrializados — é de 7,5%. E isto tudo não é também, uma preocupação unicamente do setor privado. Nos Estados Unidos, o governo federal dedica quase 15% do seu orçamento à saúde; para termos de comparação, esta porcentagem era de 10% em 1975. Os governos federal e estaduais cobrem atualmente 43 centavos de cada dólar gasto com a saúde — principalmente através de programas para o segmento mais idoso da população.

Esses dados brutos afetam os norte-americanos de diferentes maneiras. Durante o último meio século, o governo encorajou as empresas a fornecerem cobertura de saúde para os seus funcionários, isentando os benefícios fornecidos pelos empregadores do imposto sobre a renda pessoal. Isto é bastante confortável à grande maioria dos empregados. No entanto, os custos com a saúde estão prejudicando a competitividade empresarial em grande escala. Em conversas particulares, o presidente da Ford admite que o pagamento dos custos de saúde do seu contingente envelhecido de mão-de-obra em Detroit acrescenta US\$ 500 ao preço de cada automóvel em comparação com os carros japoneses fabricados no estado de Kentucky por funcionários que têm, em média, apenas 26 anos de idade. No país inteiro, milhões de trabalhadores estão vendo os seus

benefícios de saúde ser drasticamente reduzidos. Eles estão tendo de pagar mais pelos seus próprios tratamentos — e mais em impostos para financiar os programas governamentais para os outros.

Mesmo assim, quase nove décimos dos 173 milhões de norte-americanos com seguros privados de saúde são cobertos até certo ponto pelas empresas. Essa sólida maioria parece ter levado os republicanos a pensarem que os cuidados com a saúde seria uma questão que pudesse ser ignorada sem muitos problemas. O que eles não levaram em consideração é a crescente insegurança entre os trabalhadores norte-americanos. Muitos acham que uma economia depredada os colocou a um passo de distância da necessidade de horrorosa de terem de se juntar aos 35 milhões que não estão segurados também não têm direito às ajudas governamentais.

UM JURAMENTO HIPOCRITA

Quando se trata de apresentar propostas de reforma, os democratas do Congresso têm dominado o campo. Mais de duas dúzias de projetos de lei destinados a reformar o setor de saúde estão atualmente sendo estudados. Bob Kerrey, o senador do estado de Nebraska que está querendo chegar à presidência, lançou o seu projeto de lei especialmente para enfeitar melhor seu programa de governo, apesar de ser duvidoso que mais do que um pequeno punhado de eleitores conheça seu conteúdo.

De uma maneira geral, as propostas democratas se dividem em duas categorias. A primeira propõe a adoção do sistema canadense. Os canadenses pagam por um acesso universal aos cuidados com a saúde através dos seus impostos, embora os médicos e os hospitais funcionem principalmente dentro do sistema privado. É difícil imaginar como tal sistema poderia resolver os problemas existentes nos Estados Unidos. No momento, os programas do governo norte-americano já absorvem uma parcela do PNB (5%) quase tão grande

quanto a absorvida pela totalidade do serviço nacional de saúde da Inglaterra (6%). Os gastos do governo norte-americano com a saúde já estão totalmente fora de controle — o que dificilmente seria um argumento favorável para se ampliar ainda mais a participação do governo.

A segunda categoria democrática propõe que as empresas sejam forçadas a fornecer uma cobertura privada para os seus funcionários, caso contrário teriam de pagar um imposto sobre a folha de pagamentos para cobrir um programa de saúde patrocinado pelo governo — um esquema conhecido como "play-or-pay". Isto seria um esquema horrendamente complexo, além de dispendioso. Um emaranhado de subsídios teria de ser fornecido para empresas pequenas ou em dificuldades. Além disso, todo o problema com o atual sistema está justamente no fato de os norte-americanos estarem dependendo dos seus empregadores para ter proteção à sua saúde.

Isso leva a três inconvenientes. Através das isenções fiscais, o sistema beneficia mais os mais bem remunerados. Isto limita a mobilidade da mão-de-obra. E significa que os consumidores, que não pagam diretamente pelos seus cuidados com a saúde, são portanto os que abusam disso — querendo mais do que menos precisam. O mesmo vale também para os fornecedores dos serviços. Os cuidados com a saúde fornecidos pelos empregadores, afirma Uwe Reinhardt, um professor da Universidade de Princeton, é "uma idéia tão estranha e maluca que deveria ser arquivada junto com a roda quadrada e os flashes acionados a energia solar".

A reforma mais sensata em grande escala seria uma que primeiro acabasse com a ligação entre as vantagens no imposto de renda e a cobertura fornecida pelos empregadores. As famílias deviam então, por lei, ter de comprar um mínimo de cobertura de saúde. No entanto, teriam a opção de escolher as ofertas, ao mesmo tempo que

uma verdadeira competição ajudaria a manter baixos os custos médicos. O dinheiro economizado com o corte das isenções fiscais poderia então ser redirecionado para créditos a favor dos pobres.

Entre os assessores mais próximos a George Bush, apenas o diretor dos orçamentos, Richard Darman, está interessado em colocar um ponto final nestas isenções fiscais. Se Bush for reeleito, Darman com quase toda a certeza deverá pressionar em favor de tal reforma em 1993. Os seus planos incluiriam também uma redução dos gastos fiscais fazendo com que as pessoas mais velhas que podem pagar pelos serviços o façam pelos dispendiosos tratamentos financiados pelo governo e que eles atualmente usufruem gratuitamente.

No entanto, uma reforma substancial e significativa antes da eleição de 1992 é inconcebível. Da mesma forma como a administração Bush está em baixa por causa de conselhos conflitantes para a economia, também está por baixo no que diz respeito à saúde. Os dois empresários que participam do seu gabinete, Robert Mosbacher e Nicholas Brady, estão "recebendo puxões de orelha" do empresariado, segundo uma fonte bem informada, e estão pressionando o presidente para que ele faça alguma coisa. Essa alguma coisa, se o secretário da Saúde, Louis Sullivan, puder se impor, seria nos moldes democratas de uma maior regulamentação e de gastos mais elevados.

O próprio presidente Bush é esperto o suficiente para reconhecer a aproximação de problemas políticos muito antes da maioria dos seus colegas. Em agosto último, ele convocou uma reunião dos seus assessores mais íntimos em Camp David. Aparentemente, Bush foi o único a levantar a questão da saúde e do que os republicanos poderiam fazer em relação a ela. A reforma do setor de saúde, afinal de contas, foi um dos principais elementos do seu primeiro discurso sobre "O Estado da União" em 1990 — essa deveria ter sido a ocasião

ideal para as reformas de Darman. No entanto, as propostas políticas durante muito tempo foram bloqueadas por John Sununu, o chefe da equipe da Casa Branca, que argumentava que isso seria uma ajuda aos democratas. Sununu e a sua intransigência já se transformaram, nas palavras de um dos assessores de Bush, "num problema de proporção mítica". (Sununu foi agora afastado.)

Tudo isso significa que, antes das eleições presidenciais de novembro de 1992, os republicanos não podem fazer mais do que mexer um pouco nas margens de uma reforma do serviço de saúde. O presidente poderá, comenta-se, anunciar no discurso sobre "O Estado da União" do próximo ano um pacote de medidas para reformar os processos de má prática da medicina, para fornecer os incentivos da cobertura de saúde para os autônomos e para ampliar a quantidade — atualmente existem 500 delas — das clínicas federais para os pobres.